



*Instituto dos Advogados Brasileiros*  
Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20030-050 Frib.: (51) 2240-3921/2240-3473  
[www.iabnacional.org.br](http://www.iabnacional.org.br) [iabnacional.org.br](mailto:iabnacional.org.br)

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

**Ementa:** Convenção sobre Crime Cibernético, celebrada em Budapeste em 2001. Conselho da Europa. Convite para a adesão do Brasil. Submissão do texto ao Poder Legislativo. Decreto Legislativo 37/2021. Aprovação do texto da convenção pelo Parlamento. Cooperação internacional para o combate ao crime cibernético. Tipificação de condutas. Procedimentos para a obtenção de dados. Cooperação internacional. Assistência mútua em matéria penal.

**Palavras-chave:** Direito Internacional Público. Direito penal. Direito Processual Penal. Cooperação internacional. Auxílio mútuo. Crimes cibernéticos. Procedimentos.

O Decreto Legislativo nº 37/2021, publicado no DOU de 17/12/2021, republicado em 21/12/2021, aprovou o texto da Convenção sobre Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. O texto convencional foi negociado e firmado no âmbito do Conselho da Europa, porém há a previsão de outros países serem convidados a aderir à convenção, como já ocorreu com a Argentina, Chile, Estados Unidos e outros.



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-050 Frib.: (21) 2240-3221/2240-3473  
www.iabnacional.org.br iab@iabnacional.org.br*

O Brasil foi convidado a aderir à convenção e essa proposta foi aceita pela Presidência da República, que cuidou de encaminhar o texto convencional ao Parlamento brasileiro para a necessária aprovação.

Após sua tramitação nas duas casas legislativas, foi editado o decreto legislativo já mencionado e, no presente momento, o texto aguarda a ratificação da Presidência da República.

A convenção tipifica como crime diversas condutas praticadas contra a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de sistemas e dados de computador e dados de tráfego, assim como define os crimes informáticos, as infrações penais relacionadas ao conteúdo da informação, como pornografia infantil, violação de direitos autorais e direitos correlatos.

Há disposições procedimentais relacionadas a investigações e a processos criminais atinentes aos crimes tipificados na convenção, a outros crimes cometidos por meio de um sistema de computador e para coleta de provas eletrônicas da prática de qualquer outra espécie de crime.

A convenção também estabelece normas de jurisdição, de cooperação internacional, de extradição e de assistência mútua em matéria penal.

Como se vê, a pluralidade de temas caros ao ordenamento jurídico brasileiro tratada na convenção, tais como a tipificação de infrações penais, a criação de normas procedimentais para a preservação, pesquisa, apreensão e coleta de provas em sistemas e em dados de computador, indica a relevância das diversas matérias tratadas, tudo a recomendar, s.m.j., a análise pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20030-050 Frib.: (21) 2240-3221/2240-3473  
www.iabnacional.org.br iab@iabnacional.org.br*

Assim, submeto a presente a V.Exa. como INDICAÇÃO, esperando que, uma vez reconhecida a pertinência pelo Plenário, seja encaminhada para a Comissões de Direito Penal para elaboração de parecer, nos termos do artigo 78 do Regimento Interno.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022

**Marcio Barandier**

**Presidente da Comissão Permanente de Direito Penal**